

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade

DIREITOS HUMANOS AO CONHECIMENTO PERTINENTE¹

HUMAN RIGHTS TO RELEVANT KNOWLEDGE

Enio Waldir da Silva²

¹ Pesquisa Institucional no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos -DCJS

² Dr. Sociologia. Professor do DCJS/UNIJUI e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos

Resumo

Nossa reflexão está fundamentada nas ciências humanas e nas ciências sociais aplicadas, mais precisamente na Sociologia Jurídica e nos Direitos Humanos. Estas áreas de conhecimento convergem quando mostram que as sociabilidades humanas estão constrangidas e ameaçadas pela violência, dissipando perspectivas de esperanças de futuro e explodindo os medos. Os estudos da sociologia sobre direitos humanos têm provado que estes criam culturas de antídotos contra os estranhamentos nas relações sociais. Mas como os direitos humanos podem ser interpretados de modo muito amplo, dedico aqui a mostrar alguns desafios para serem estudados nas escolas de modo a tornar os entendimentos em potenciais para a criação de personalidades individuais fortes e solidárias. Uso o termo *conhecimento pertinente* referindo-me aos entendimentos, qualificações e responsabilidades pessoais que precisamos ter para prover e prever as nossas necessidades básicas mais prementes. É um conceito ligado a teoria da complexidade de Morin, usado em sua proposta de conhecimento com consciência e ética de responsabilidade a ser ensinado na escola do futuro. Ou seja, a transversalidade dos direitos humanos está em levar crianças e jovens em criar rigorosos saberes sobre sua condição humana da corporeidade, da intelectualidade, da espiritualidade, da mentalidade, da afetividade e da materialidade da nossa existência e coexistência. A metodologia interpretativa é baseada na dialética da complexidade e os dados reflexivos são frutos de pesquisa institucional que buscava juntos a professores e agentes públicos como e o que está na base dos desafios de ensinar direitos humanos para as novas gerações.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Violência, Conhecimento, Educação Escolar.

HUMAN RIGHTS TO RELEVANT KNOWLEDGE

Summary

Our reflection is based on human sciences and applied social sciences, more precisely on Legal Sociology and Human Rights. These areas of knowledge converge when they show that human sociability is constrained and threatened by violence, dispelling prospects of future hopes and exploding fears. Studies of sociology on human rights have proven that these create cultures of antidotes against the strangeness in social relations. But as human rights can be interpreted very broadly, I dedicate here to show some challenges to be studied in schools in order to make understandings potential for the creation of strong and supportive individual personalities. I use the term pertinent knowledge referring to the understandings, qualifications and personal responsibilities we need to have to provide and anticipate our most pressing basic needs. It is a concept linked to Morin's theory of complexity, used in his proposal of knowledge with awareness and ethics of responsibility to be taught in the school of the future. In other words, the transversality of human

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

rights is to lead children and young people to create rigorous knowledge about their human condition of corporeity, intellectuality, spirituality, mentality, affection and materiality of our existence and coexistence. The interpretative methodology is based on the dialectic of complexity and reflective data are the fruit of institutional research that sought together teachers and public agents how and what is the basis of the challenges of teaching human rights to the new generations.

Introdução

Propomos aqui a tematizar sobre o direito humano ao acesso ao conhecimento daquilo que nos é mais pertinente para resolver nossos problemas e para prover e prever nossas necessidades, desde sempre imposta a nossa condição humana. Este tema é muito caro nessa nossa época de valorização do fútil e do superficial, um tempo que parece estar tudo às avessas, mas também época de recompor a compreensão da dependência da vida humana dos laços ou relações sociais. Defenderemos aqui que o lugar especial de formar a personalidades fortes e solidárias baseadas nos direitos humanos é a escola, pois ali é onde as ideias estão mais cultivadas e agregadas, mais sistematizadas e disposta na razão publica.

Neste sentido é que quero propor aqui um diálogo ligado a ideia de que a escola está desafiada a ensinar os direitos humanos e melhor faz isso quando ela ensina as pessoas a ter ideias próprias para criar métodos de pensar a vida e isso não passa por trazer informações do seja direitos humanos, mas produzir canais de conhecimentos rigorosos das coisas vitais e suas relações, ligações, reLigações às suas partes e o todo do existir humanos, como diz Edgar Morin (2011). Isso necessita de possibilidades objetivas de conhecer as próprias condições de conhecer e de se postar diante do uso deste conhecimento para edificar vidas, na significância da dignidade, da solidariedade, da culturalidade e da sustentabilidade.

Estudos já vêm mostrando as dimensões civilizacionais da educação em direitos humanos se embatem com elos hegemônicos dominantes que fragilizam as existências humanas e criam inteligibilidades explicativas do mundo da exclusão e desumanização. Mostram que as relações sociais estão permeadas por ambientes agressivos que produzem a impressão que vivemos em uma cultura de violência vividas como código de sociabilidade ou norma social.

Por isso, nos direitos humanos se percebe espaços para pensar alternativas, pois estes nasceram diante ao agravamento das situações de violências e se tornaram um discurso recorrente e uma espécie de dique contra a avassaladora onda de estranhamentos entre os indivíduos que colocam em risco, inclusive, as estruturas do Estado Democrático de Direito (SILVA, 2019).

Argumentar sobre a necessidade dos direitos humanos estarem na escola é importante, mas não é o suficiente, pois precisamos mostrar quais os direitos mais pertinentes está no papel da escola em ensinar, já que ela não é provedora da alimentação, da habitação, da saúde, do trabalho, segurança pública, etc. própria dos direitos fundamentais. A meta dos Direitos Fundamentais está relacionada ao Estado. No entanto, na escola é possível desenvolver as potencialidades humanas que estão presentes nos indivíduos para que possam ser responsáveis por suas condições de vida e ao mesmo possam ser cidadãos capazes de fazer valer os direitos que possuem.

A problematização geral é como criar motivações racionais pelo conhecimento em direitos humanos em professores e profissionais dedicados ensinar e agir promovendo a cultura de reconhecimento da

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

dignidade da vida e da paz na vivência e convivência de crianças, adolescentes e jovens. Embora os professores já possuam formações humanísticas e venham fazendo esforços para uma educação para a paz, acreditamos que um reforço na qualificação a partir das pesquisas sociais atuais se faz muito necessário, como já é justificado nos programas de segurança públicas, nos proposta de educação para paz da UNESCO, Nações Unidas e dos organismos internacionais que traduzem as experiência em ensino dos direitos humanos

Metodologia

As discussões que passo a tratar é fruto da pesquisa-ação participante com mais de duzentos professores sobre como eles entendem os direitos humanos e como estes poderiam estar na transversalidade das aprendizagens escolares, sem imaginar que a escola seja a única e a mais forte fonte civilizadora da sociedade atual. Os professores manifestam interesses em concretizar/efetivar direitos humanos nos espaços formativos de crianças, adolescentes e jovens, mas também mostraram angústias, impotências e desafios novos ligados a comportamentos agressivos e violentos de menores nos ambientes de aprendizagens, o que denota a necessidade de ações menos punitivas e repressivas e mais de conhecimento, cultura e consciência de respeito a deveres e direitos nas relações sociais. Esta metodologia permite que todos os envolvidos na pesquisa também sejam sujeitos de diálogo em busca de entendimentos.

Resultados e discussões.

As experiências são também fontes de conhecimentos, mas o que se propõe é dialogo com os conhecimentos produzidos na sociologia, na psicologia, na pedagogia, na filosofia, na ciência política e, de modo especial, nos direitos humanos. Sumido dos saberes exigidos pela razão meramente instrumental (esta que domina os tempos para fabricar lucros e acumulação egoísta e individualista), a filosofia e a sociologia são redescobertas, neste tempos de riscos e pandemias, como este patrimônio da humanidade que perguntam pelo sentido da existência e da coexistência humana no meio de toda esta instrumentalidade que está entre o indivíduo e a natureza, entre os indivíduos em si, entre indivíduo e seu pensar, seu ouvir, seu sentir e falar. Hoje, como sempre, não basta dizer bom dia ao meu vizinho e sair correndo para que ele não explique como realmente está. É preciso, além de dizer bom dia, além perguntar como ele está, ouvir, pensar e sentir e desejar, de coração, que eles tenha um bom dia. Nem tanto pelo interesse que ela seja feliz em si, mas por que se ele ficar bem, estar bem, eu corro menos risco de ficar mal ou de ser ameaçado. Esta individuação é, portanto, marcada pelo outro e por muitas coisas que ignoramos. Ao descobrir o vizinho, descobri um pouco mais sobre meu EU, embora continue limitado na compreensão das mediações que necessitamos para nossa existência inserida na coexistência.

A pandemia nos alertou de que o valor de minha vida depende do valor que dou a vida do outro, porque o outro pode tirar minha assim como, eu sem querer, pelo vírus, posso tirar a vida do outro. O grandes *contra-valores* da história voltaram a ser postos - e não foi o novo vírus que fez isso - pois estamos em um tempo de desastres para aqueles que sempre foram as vítimas. Temos que nos preocupar com nosso próprio pensamento e sobre os aprendizados que não criaram experiências sentidas de sociabilidade em que se é feliz para fazer os outros felizes, ou que se usa tecnologias para estar juntos das pessoas felizes e com sucesso, para o autoconhecimento que traz o autocuidado, para entender as realidades independentes de serem boas ou más. Temos que ter a capacidade de nos experimentar no sentir, no ver, no ouvir e no falar para despertar a dignidade da vida que está em

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

nós, pois sem saber da dignidade da minha vida não posso fazer nada pela dignidade do outro, pois não a reconheço.

Interpretações mecânicas dos riscos que vivenciamos nas relações sociais deixam diversos hiatos sobre quem, o que e como deveríamos prover e prever nossas necessidades humanas. As metodologias interpretativas baseadas na dialética - como a teoria da complexidade - dizem que devemos buscar nos entendimentos das totalidades das contradições do processo de educar em uma sociedade excludente e submetida a lógica de acumulação para poucos, as razões que promovem os estranhamentos entre os indivíduos e que é para resolver o que imaginamos como nossas necessidades que criamos as situações de violências. A falta de conhecimentos sobre a nossa condição de sujeitos sociais leva, então, a distorções nas relações sociais humanas.

A partir de Habermas (1990) podemos dizer que se traçarmos verdadeiros diálogos despídos das intenções de poder dominante, diálogos honestos, éticos, francos e profundos, em especial com os atores do sistema educativo, já seria possível se chegar a conclusões mais racionais sobre os problemas mais universais que nos atingem. A exclusão e a dominação está na lógica do sistema que distorce os interesses e as falas, por isso, em situações dialógicas, também já se chegou a conclusões de que não há soluções ou alternativas fáceis para reencaminhar as razões para os fins humanísticos. Nem por isso devemos morrer na melancolia, pois se estamos aqui com capacidade de linguagem para nos entender, então, temos que apresentar nossas propostas.

Uma das primeiras pautas deste diálogo poderia ser sobre se somos justos com nós mesmos e se podemos dialogar sobre a justiça social despido das forças do lucro e do interesses individualista. Por isso é preciso que, nos estudos de direitos humanos, se pense a luta pela dignidade e se problematize a realidade dominadora que está enraizada em nossos comportamentos e ideias. Dali pode emergir direções para além da indignação diante do intolerável, emergir vontades críticas com pretensões de validade universal, já que todos estão em luta e com as mesmas condições de participar para desfrutar do social, da economia, da política e da cultura.

É uma posição educativa que precisa defender a solidariedade, ser contra a vida de privilégios e a favor de uma igualdade sustentável. Esta base dos direitos humanos desafia a criar conhecimentos do significado da dignidade do existir humano para poder fazer crítica das políticas que geram as desigualdades injustas. Mesmo que estejamos diante do discurso jurídico dos direitos fundamentais, o pensamento não se sustenta sem uma prévia leitura da realidade, sem conhecer os limites (fronteiras) das normas. É em virtude disso que, além de serem teorias, leis, concepções de mundo e ideais de justiça, os direitos humanos são também movimentos sociais que lutam para quebrar com essa força que orchestra disposições e ações hegemônicas de opressão e dominação.

A tese (que possui antítese e pode gerar síntese) principal desta nossa proposta de diálogo é que os direitos humanos, como uma cultura presente nas relações sociais, é antídoto contra a *cultura de violência* que assola a sociedade, invade escolas, famílias e outras instituições, atingindo em cheio a formação da consciência social de indivíduos das novas gerações. Ações formativas e resolutivas de conflitos estão no horizonte da autonomia e legitimidade da autoridade do professor dedicado a criação de um ambiente de responsabilidade e de poder compartilhado da vida democrática, cujo interesses universais estão imersos em um contexto de debates sobre a capacidade dos cidadãos em agir concretizando a dignidade da vida, o reconhecimento e o respeito aos direitos humanos.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

É este um desafio cultural emergente dos novos tempos que clamam por segurança pública, por ações voltadas para o combate a todas as formas de violência, por perspectivas de educação emancipadora, etc. Em todos os continentes há este desafio para o entendimento em resolver um dos problemas sociais mais imperiosos a partir de uma cidadania qualitativa. A escola é o lugar central para gerar estas aprendizagens significativas. O que se quer é promover energias formativas que faça brotar a força de paz e solidariedade que há em todos os sujeitos. Compreender o respeito ao outro e as leis pode ser uma das primeiras bases para enraizar infâncias e juventude na educação para a paz como uma forma preventiva à violência e criminalidade.

As ciências humanas construiu arsenais conceituais de ideais de humanidade que problematizam o silêncio das maiorias sobre as possibilidades de validade das ordens sociais em relação a liberdade responsável dos indivíduos. Já existem experiências e saberes que mostram a necessidade de implementar atitudes socializadoras e dialogantes sobre marcos mais universais de uma cultura de paz asseguradores de ações prudentes, decentes e urgentes, como diz Sousa Santos (1986).

Torna-se imperativo que as temáticas da igualdade e da dignidade humana não estejam inscritas apenas de textos legais, mas que, igualmente, sejam internalizadas por todos que atuam tanto na educação formal como na educação não formal. A paz positiva é um direito humano e a violência não é uma forma de resolver os conflitos. A educação pelos direitos humanos articula muitos entendimentos e ações que promove as possibilidades objetivas de resolver conflitos violentos nos lugares onde estão os atores e agentes sociais com responsabilidade de formar ou resolver problemas de convivência humana.

A educação escolar ocupa lugar especial nesta perspectiva de criar o senso de justiça social como elemento fundamental da condição de cidadania de todos, pois mobiliza recursos humanos científicos para não tratar os problemas sociais como responsabilidade dos outros sobre nós, mas de nós para com a vida coletiva, especialmente de crianças, adolescentes e jovens em seu florescer como cidadão-indivíduo-ator no mundo onde a concorrência, o consumo, a comunicação e as tecnologias estão a reger as relações sociais.

Mesmo que se fale em justiça distributiva e cultural, é preciso se compreender que isto não é dádiva de alguém, mas responsabilidade compartilhada de todos. Não há alguém ou algo que vai acabar com a exploração econômica, com as carências ou que vá distribuir os recursos sociais e culturais ou fazer parar a exploração indiscriminada da natureza. A nova geração precisa entender que o futuro depende de sua capacidade de ser criativo, imaginativo, reflexivo, autônomo, flexível, cuidador da vida sua e dos outros.

Para criar tais entendimentos é fundamental ser desafiado positivamente pelos adultos educadores. A nova geração não são clientes de escolas, de professores, de agências, de mercado ou de autoridades. Assumir identidades sociais de filhos, filhas, alunos, universitários, companheiros, esposas, pais e mães, etc. requerem mais que ações para disciplinar os jovens, pois é preciso criar entendimentos dialógicos da importância do conhecimento auto organizador para a sociedade organizada. Se é preciso denunciar situações caóticas é muito mais necessário anunciar as possibilidades objetivas em criar novos mundos. Precisamos passar de denunciadores a anunciadores do reconhecimento da dignidade da vida. Estes são passos quem fazem com que nos encaminhem em direção a ideia potencial de que somos sujeitos e assim poderemos ser novos atores sociais. Assim seria mais consequente juntos pensarmos em institucionalidades que assegurem ordens sociais impedoras

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

de aparecimentos de forças opressoras e produtoras de vulnerabilidades individuais e sociais. Por isso é preciso formar as pessoas para este direito vivo racional e motivador de convivências e reconhecimentos e não ficar na dependência da possível ação dos poderes estruturados (Estado).

A vontade racional de criação pode ser despertada neste lugar especial que é a escola. Certamente ela não faz tudo sozinha, por isso temos outras instituições formadoras, mas são estas fontes extras escolares que ensinam a agressão, a violência e a corrupção etc. que estão disseminadas na sociedade. As escolas, porém, precisam ser mais protagonistas da produção de conhecimentos relativos as boas relações sociais. Os saberes formais que ali se articulam podem fazer nascer a cidadania protagonizadora. Mas é sobre estes saberes pertinentes que traçamos pressupostos de temas que deveriam ser o conteúdo de um ensino baseado nos deveres e direitos humanos.

Neste sentido, são seis (6) pressupostos compreensivos para um autoconhecimento pertinente, como dizem Boaventura de Sousa Santos (2014) e Edgar Morin (2011) que não desloca a escola para outros fins destruidores da esperança. A esperança tem sentido de esperar, de agir para chegar e não de ficar para esperando para algo acontecer. A Escola precisa dar vitalidade a existência e recusar a falência da esperança, uma vitalidade que não nos machuca, com sentido, que não é banal, que defende o viver da vida que está no corpo, nas ideias, na fé, na mente, nas emoções e nas condições materiais da vida.

Com isso a transversalidade em direitos humanos pode se efetivar pelos princípios da **culturalidade** (uma nova cultura que respeita as diferenças culturais), **da solidariedade** (laços forte de boas vivências e convivências) **da dignidade** (a vida humana como valor máximo incomparável) e **da sustentabilidade** (a ética da responsabilidade de nossos atos para com a natureza – terra, água, ar, energia).

Na perspectiva da circularidade dialética não se prevê hierarquias dos temas dos direitos humanos para serem ensinados nas escolas, no entanto há algumas lógicas próprias da condição biológica (biológica) do ser humano, que pode ser pensado na seguinte sequencia expositiva:

Conhecimento sobre nossa condição física-corporal. O diálogo sobre este é para produzir entendimentos sobre as necessidades do corpo humano (saber sobre a corporeidade). É um saber sobre as forças, nossas habilidades físicas (saber usar bem a força do corpo) e a condição energética para manter nossa estrutura sadia ou a cultura alimentar. Se conheço meu corpo sei o que a ele faz mal. O desafio aqui é: o que pode vir da pessoa com o corpo ameaçado, fragilizado e doente?

Conhecimento sobre o que sei, sobre minhas ideias. Dialogar sobre a relação que temos com o nosso próprio pensamento e sobre os aprendizados que criaram experiências sentidas de sociabilidade. Se não basta ter o corpo como fortaleza, sadio é preciso também trabalhar o processo de geração das ideias, nosso potencial de cognicidade, a força criativa da **inteligência**. As ideias vêm de muitos lugares que não sabemos enumerar, mas é preciso criar esforços para o estudo das ciências, pois as escolas armazenam energias dos conhecimentos humanos sistematizadas em livros. Então, precisamos criar a cultura da leitura, exercitar as ideias, dialetizar o que e como se entendemos as coisas. Como posso defender uma ideia se não sei como ela nasceu e se movimentou em mim?

Conhecimento sobre nossa condição espiritual. Mas achar que tudo vem da racionalidade científica pode também gerar o afastamento de questões fortes que mobilizam as pessoas. Estamos

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

falando das aprendizagens que criamos a partir de nossos potenciais de **espiritualidade** que todo o sujeito possui. Significa que preciso saber ter fé, ter ética da fé e usar bem a fé, sem fanatismos, para sermos sujeitos confiantes e esperançosos a chegar a algum lugar, pois se não imagino o bem ou o justo nada faço pelo futuro. A ideia de Deus é uma fonte de saber importante, *pois se em nada creio quem vai crer em mim?* As escolas não são lugares de praticas religiosas, mas pode se ensinar a esperança e o papel de se crer na bondade humana contra a maldade.

Conhecimento sobre a mente humana. Aqui o diálogo é sobre nosso potencial comportamental, nossas reações diante do outro, sobre como reajo e o que me acalma e me controla e o que me provoca. A **saúde mental** é que permite eu estar com um cultura de tolerância e reconhecimento do outro que convive, ou não, comigo. Este antídoto pode ser encontrado nos estudos sobre o papel da arte e da estética na nossa vida, assim como apreciar a natureza sadia, a beleza dos animais. Aqui entra a contribuição da psicologia no esforço de nos fazer entender nossos limites humanos, a força da paz, do sentir-se bem, pois quem quer conviver com uma pessoa troculenta, estúpida? (daí vem ditado “tá nervoso? Vai pescar.... *sim lá verás a voz do silencio das águas, do ar, das terras e plantas, dos animais e do silencio do fogo que assa o peixe pescado...Se não escuta estes silêncios, estás com sérios problemas mentais....*)

Conhecimento sobre a afetividade. O desafio deste entendimento na aprendizagem é sobre o **poder afetivo** em minha vida, dos amores, das emoções que me levam a ímpetos e desejos sexuais e o prazer. A escolha da parceria para a vida sexual saudável e decente não tem muita autonomia e se, muitas vezes, ela se impõe. Maturana (1998) nos ensina sobre o bom uso da afetividade na escola (afeto, amor, emoções, etc). Os afetos são fontes de saber e principal mobilizador das ações. *Se não me emocionar, não me afeta, não me atinge, não me mobiliza.* A força predominante deste poder em nós é muito desconhecida e razão da incidência das muitas violências que se verifica na sociedade, razão dos desrespeitos, da falta de reconhecimento das igualdades e das diferenças. É neste tema é que entra o debate sobre o papel das vivencias familiares para todos os indivíduos. A pergunta aí é: o que esperam de mim se sou uma pessoa que não demonstro prazer e alegria?

Conhecimento sobre as reais condições materiais da existência. Este diálogo é mais um nó da rede de necessidades que se assenta o existir humano na franqueza da necessidade da renda digna e da dignidade da renda. É preciso criar aprendizagens sobre trabalho e seus resultados. Aqui é que se afirma as mais profundas e objetivas ideias sobre a igualdade e a justiça social. Ensinar o valor do trabalho, como diz o Gramsci, é ensinar sobre o principal valor na vida. Ser trabalhador, esse é nosso orgulho que escolta nossa honra de sujeito dignos, responsáveis e livres. *Aqui, sobre o conhecimento do papel do trabalho em nossa vida, está a raiz da compreensão de que o mundo pode ser igual e justo para todos.* Ninguém direito de não trabalhar, mas tem direito ao trabalho (dever+direito) que gera a renda que pode promover a vida boa, ao mesmo tempo em que podemos aprender que ninguém pode viver explorando o trabalho do outro. O sonho mais lindo de sociedade ideal é aquele que diz que todos deveriam poder trabalhar e poder auferir os resultados do trabalho. Da ideia de trabalho vem a ideia da distribuição de renda, logo vem a principal fonte que inspira revolucionários que lutam pela emancipação e ética de vida justa. A pergunta central aqui é: se não sei o que é trabalho, se não sei onde vai parar o fruto do trabalho e não sei fazer nada bem feito como quero viver bem?

Podemos dizer, portanto, que mais que ensinar os direitos humanos é preciso pautar a responsabilidade de saber sobre deveres (*deveres humanos!*) de fazer a vida individual e coletiva que faz o sujeito forte e solidário na defesa dos direitos de todos para todos.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

O trabalho do professor é o mais importante diante de todos os outros tipos de trabalho, pois possui um grande papel, o ofício e a profissão de promover o conhecimento sobre o mundo e as sociabilidades. Precisamos, mais do que nunca, reconhecê-los, valorizar e contribuir para ampliar suas qualidades pessoais e coletivas. As pesquisas sobre o mundo educativo tem mostrado a existência de climas de estranhamentos e de muitas angustias entre profissionais de escolas e instituições. Ainda temos entendimentos e cultura geral de que a escola tem efeitos profundos e duradouros sobre a vida das pessoas. Ela é lugar de cruzamento, é caminho das gerações. Como um lugar de formalização do mundo, a escola deve se apresentar fortemente organizada e preparada em sua cultura de civilizar pessoas para convivência em sociedade. Na escola é possível a geração de antídotos contra a cultura de ignorância e violência. Se a crise atinge todas as dimensões sociais dos pilares da ordem, é sobre o indivíduo que podemos apostar em desafiar-los para qualificá-lo na responsabilidade compartilhada, empoderá-lo pelo conhecimento em suas dimensões individuais e em seus poderes de conexão com o coletivo.

Avançamos muito em termos de uma liberdade como um “deixar-fazer”, do “tudo posso” e do “não preciso nada-fazer” e isto parecia ser uma reação contra as opressões, mas o que mais prende as pessoas as ataduras sociais que tira a responsabilidade em relação a comunidade é falta a liberdade criadora resultante de motivações racionais que não aliena e nem fratura o sujeito nas angustias, uma liberdade que anda de mão dada com a responsabilidade e avança em termos de igualdade. A liberdade ilusória e ilusionista impede a compreensão da igualdade - própria de uma sociedade livre da exploração, livre da guerra, livre da violência e baseada no reconhecimento mútuo da dignidade humana - e sem ideia fecunda da igualdade não há como entender a liberdade e sem esta a esperança é abandonada na melancolia. Sem imagem de futuro a pessoa por nada luta e se perde na ideia de nada ser, na falta de reconhecimento da dignidade da própria vida e passa não cuidar de si e nem do outro. Ali está a raiz da violência. No meio disso, os gritos de angustias dos miseráveis, dos que sofrem a experiência de ser explorados, se tornam inúteis. Contra o estranhamento é preciso criar a cultura do reconhecimento da dignidade da vida, minha, do outro e dos seres que vivem neste ambiente. Como diz Marcuse (1998),

...a pessoa sem liberdade introjeta seus dominadores e as suas ordens no seu próprio aparato mental e não consegue perceber o poder que lhe oprime e reprime e que está presente na realidade das relações sociais fragmentada e vista como relações entre coisas, passando a ser preguiçosos em tudo e a rejeitar em fazer algo resistente contra a força que o faz fazer sem que se queira fazer.

Esta inercia é eficaz para a cultura da opressão e está ligado ao não entendimento ou não saber nada fazer. Os desiguais são tratados, muitas vezes, pelas desvantagens que possuem (feios, malvestidos...), pelos bairros que habitam, pelos amigos que possuem, pela escola que frequentam, pelos cartões que portam, pelos esportes e artes que cultivam, pelos hospitais, pela assistência social e até mesmo pelo cemitério em que vão.

Falta ali a cultura do reconhecimento do outro e a cultura do diálogo. Toda a verdadeira ciência propaga a paz e edifica a vida. Quando o indivíduo tiver condições ideais de criar a si mesmo e projetar-se numa sociedade de justiça social a violência será descartada. Em momentos de crise de valores na sociedade como um todo, torna-se imperativo se aprender a dialogar e buscar socializar formas de entendimentos dos limites e possibilidade do ser humano. As temáticas da igualdade e da

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

dignidade humana não podem estar apenas escritas, mas inscritas na nossa consciência e ação. Para que haja, de fato, a formação em direitos humanos é necessário mobilizadores de processos pessoais e grupais de natureza cultural, afetiva e social.

Quando o indivíduo é liberado para realizar tudo que necessita para si tem-se aí a oportunidade de desenvolver a capacidade de viver em bem-estar na convivência com o outro sem torná-lo dependente, dominado ou excluído. Mas nem toda a pessoa pode ser responsável pelo exercício de sua liberdade. Precisa-se, portanto, de estruturas sociais justas ou de direitos sociais básicos e prioritários para proporcionar a igualdade de capacidade, pois a privação de direitos afeta diretamente a autonomia dos indivíduos. Seria impossível imaginar a busca de satisfação humana, a eliminação da pobreza e o direito de obter os frutos do próprio trabalho sem um Estado Democrático, eficaz e eficiente, cuja eficácia pode ser medida em termos da concretude dos direitos humanos.

Herrera Flores (2009) nos mostra que estudos em direitos humanos produziram muitos conhecimentos sobre este mundo denso e tenso. A tese central do autor é que os direitos humanos são produtos culturais que nasceram no interior de ações colonialistas em que os sofridos criaram resistências e vias de esperanças. Por isso, esses direitos precisam ser encarados como possíveis fontes de emancipação e de esforços de criação das condições locais e globais de justiça. Em termos de perspectivas, os estudos em direitos humanos precisam gerar saberes que mostrem como realmente é gerada as condições produtoras da violência. As dimensões epistemológicas desses saberes são condições para a materialidade da dignidade humana diante da pluralidade de pessoas, grupos, povos capazes de criar poder de resistência. Esses produtos culturais são intraduzíveis porque são próprios da diferenciação e do reconhecimento do outro que os direitos humanos nos desafiam a tomar consciência. O outro, no que diz respeito aos direitos humanos, precisa ser reconhecido e não colonizado.

A dor é circular, parecendo que só a causando ao seu causador pode se aplacar a força. A vingança soa então como um dos maiores problemas da civilização. Como diz Paulo Freire (1987): o sonho do oprimido, quando não bem educado, é ser opressor. As violências são, também, traduções dos medos da dor na sua condição física (medo das doenças), medo do erro de inteligência (formas de pensar, ignorância, incertezas), medo do desconhecido em sua espiritualidade (castigo de Deus e ou invasão do Diabo), medo do outro, em sua lógica mental (a presença do outro diferente e estranho que não fala ou dialoga), medo do desprezo que vem da nossa dimensão afetiva (a atração amorosa ou paixão sexualidade, o abandono familiar), medo da miséria e da pobreza que vem da condição econômica (renda para a dignidade de alimentar-se, de ter saúde, para morar, ter trabalho, educar-se...), etc. Cercado destes medos, os atos de esperanças se tornam residuais e isolados e sem efeitos para concertar, refazer ou reconstruir. Para enfrentar estes medos, Humberto Maturana propõe a cultura do afeto. Mais de 90% de nossos atos são causados pelas emoções, afetos e não por racionalidades. Esta nova posição explicativa biossociológica do homem pode levar-nos a respeitar a condição de si e do outro, pois quem não respeita a si não respeita o outro; portanto, é capaz de atos violentos. Mas a grandeza da sociedade acontece quando o indivíduo se sente solidário com dor do outro e isso foi graças a seu poder de afeto. O que se duvida sempre é de que exista violência que concerta. Ela não é humana, não é afetiva, é um desvio da racionalidade deste. Ela é sempre destrutiva. À força que concerta podemos dar outro nome, mas não violência. A prática da violência como toda ação, transforma o mundo, mas a transformação mais provável é em um mundo mais violento (ARENDDT, 2001; p.51)

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade

Considerações finais

Nossas argumentações são a favor da criação de espaços de discussão dos direitos humanos nos processos educativos escolares, mas objetivar os temas destes diálogos de forma a se entender as questões mais pertinentes às necessidades humanas. Se queremos criar formas mais eficazes de combater a exclusão social é preciso construir conhecimentos e consciências dos deveres e direitos que são inerentes a todos os indivíduos, que é cuidar do corpo, das ideias, das crenças, das tolerâncias, dos afetos e das rendas. Esta imaginação sociológica é oriunda de compreensões sobre os discursos de teóricos e os discursos daqueles estão envolvidos com educação escolar. Ou seja, ambos sempre apelam para a necessidade de formar consciência da dignidade da vida humana como um primeiro passo para se concretizar justas existenciais e coexistenciais. A consciência da humanidade da vida é a cultura mais frágil da contemporaneidade e o que menos se conhece. Torna-se essencial esse primeiro passo, pois não podemos reivindicar direitos se não desenvolvemos forças para com nossos deveres. Direitos humanos não pode ser aprendido como se fosse dádiva. Alguém "vai nos dar", "nascemos com eles", etc. São lições sem sentido, pois como vai se fazer valer? Contra quem devemos lutar na defesa dos direitos? Então, está em nós este potencial que pode ser sintetizado na ideia de dignidade: sou digno dos meus direitos, pois cumpro com meus deveres. As crianças e jovens estão protegidos pelas leis que lhes asseguram direitos, mas devem aprender as responsabilidades para com os deveres. As reflexões que estão sendo feita sobre os Direitos Humanos estarem integrados a cultura escolar necessita ser inserida nos esforços da educação para a emancipação e esta quer dizer isto: não criar uma personalidade dependente, que fica a espera dos direitos. Esperança é ação em busca de algo que dignifique, mas o que é que dignifica? Tratar bem (sabidamente) o corpo; criar métodos de pensar (ser inteligente); ter um Deus poderoso (uma imagem do bem); cuidar bem da paz (ter saúde mental); cuidar bem do outro (saúde afetiva) e saber fazer bem feito (trabalhar pra ter renda) a vida material. Estes estudos mostram que quando a escola se organiza com base nos princípios da igualdade, do reconhecimento da diferença, da liberdade, da responsabilidade compartilhada e da dignidade da vida ela contribui muito para enraizar uma cultura de direitos humanos. No entanto, a escola não é uma ilha e seus atores - os professores - sabem dos problemas para se efetivar tal educação nos atuais tempos, pois a escola se tornou em apenas mais uma instituição no meio de tantas outras.

Os debates são amplos e incluem dimensões culturais que procuram mediar as noções que apostam nos sujeitos e as que apostam nas estruturas, validando os dois discursos e contextualizando a validade das proposições. Nossa hipótese básica é que os direitos humanos possuem dimensões educativas e quando é estudado e discutido contribui para que os indivíduos não sofram. O sofrimento indignifica. Por isso, um dos lugares mais adequados para sua discursividade é a educação escolar. Além de uma prática que pode se tornar cultura os direitos humanos vêm se constituindo em um movimento social civilizacional que agrega muitas intenções de construção de uma sociedade justa. Como um direito já conquistado ou como um caminho e finalidade de utopias, ele se torna um braço que ampara as vidas para sejam fortes e solidárias..

REFERENCIAS

ARENDDT, Hannah. **Poder e violência**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

FLORES, Joaquin Herrera. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos**. Os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris. 2009.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1990.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Vol2.

MATURANA, Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Belo Horizonte; Ed. da UFMG, 1998.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2011.

MIGNOLO, Walter. **Histórias globais projetos locais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

SILVA, Enio Waldir. **Sociologia Jurídica**. Ijuí/RS: Unijui, 2017

.....Fortalecendo a cultura cidadã dos estudantes universitários - um dos papéis da extensão universitária. In: Síveres, Luiz (Org.). **A Extensão universitária como princípio da aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

.....Estado, Cidadania e Sociedade Civil no Brasil. Ijuí: Unijui, 2014.

.....Extensão universitária hoje: processo dialógico da ação integradora e emancipadora. In: BARCELOS, Eronita da Silva; RASIA, Pedro Carlos. **Economia Solidária: sistematizando experiências**. Ijuí/RS: Unijui. 2010.

.....Os desafios da Universidade contemporânea em construir o acesso a cognicidade. IN: SILVA, Enio Waldir da e ZANINI, Danielli. **Conhecimento e renda como direitos humanos** Ijuí/RS: Unijui, 2019. P. 26.

SILVA, Enio Waldir da e MENEGON, Carolina. **Direitos Humanos e as lutas emancipatórias na contemporaneidade? Economia Solidária e o feminismo**. Ijuí/RS: Unijui, 2018

SOUSA SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: **Sociologia jurídica crítica**. Madrid: Trota; Bogotá: Ilsa. 2009

-----**Da ideia de universidade à Universidade de Ideias**. In. **Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1986.

RDN. Amartya. 2000. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos Viver Juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.



Parecer CEUA: 3.069.588

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade